

MULHERES NO PODER

» Entrevista | **CELMIRA SACRAMENTO** | PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Deputada do país insular africano defende que o empoderamento tanto de mulheres quanto dos homens e o combate à desigualdade social passam pelo nivelamento escolar: "O Estado deve dar para todos a escolaridade mínima obrigatória"

Igualdade educacional

» CAMILA CURADO

A primeira mulher eleita presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço nasceu com a conquista do país pela independência de Portugal, em 1975. "Fui eleita para esta legislatura (em 2022), presidente da Assembleia Nacional. Então dos 55 deputados, tive 52 votos favoráveis, um voto branco e duas abstenções praticamente", contou, antes de iniciarmos a entrevista.

Aos 49 anos, ela é uma das figuras mais proeminentes da política santomense, em um regime democrático recente, com primeiras eleições democráticas há apenas 33 anos. Deputada pelo círculo de Mé-Zóchi desde 2010, Celmira nasceu e cresceu em Trindade, município a 12km da capital, São Tomé. Mais velha de nove irmãos, filhos de um pai professor e uma mãe doméstica, estudou matemática e biologia à luz de uma candeeira a petróleo. "Tinha que fazer doces para pagar o transporte. Eu fazia também pastéis (bolos), só não fazia gelado (sorvete) porque na minha zona não tem energia", conta.

Conciliou trabalho, estudos e família e política. Teve um casal de filhos. Em entrevista exclusiva ao Correio, a vice-presidente do seu partido, a Ação Democrática Independente (ADI), e ex-presidente da Rede das Mulheres Parlamentares fez reflexões sobre a trajetória, os desafios da liderança política e as metas para o futuro da nação. A deputada destacou a importância da recente aprovação da lei da paridade, que estabelece uma meta de 40% de representação feminina nas próximas eleições, e as preocupações com a qualidade alimentar no seu país.

Confira a segunda entrevista da série Mulheres no Poder:

Como são distribuídas as oportunidades para homens e mulheres no parlamento de São Tomé e Príncipe?

A desigualdade de gênero ainda é bastante sentida no nosso país. Mesmo no parlamento, que é uma casa legislativa, só recentemente, na legislatura anterior (no fim de 2022), conseguimos aprovar uma lei de paridade, que não

é 50-50, é de 60% (homens) para 40% (mulheres). Ela ainda não foi implementada por não ter sido promulgada a tempo de entrar em vigor para as últimas eleições. Portanto, nós só começaremos a tirar partido desta legislação nas próximas eleições legislativas. Mas o nosso tribunal constitucional já está sensibilizado para inviabilizar as listas que não tiverem esta paridade aprovada na Assembleia Nacional. Mas, além das questões sociais, a desigualdade de gênero está muito presente em nossa cultura.

De que forma?

As próprias mulheres, muitas vezes, não conseguem se libertar. Enquanto parlamentares, precisamos emponderá-las, para que elas possam estar em qualquer lugar onde os homens estejam. Precisamos trabalhar para que, na situação em que ambos tenham a mesma formação (escolar e acadêmica), ela não seja deixada para trás por ser mulher. Nós sabemos que os homens podem não ter qualificação nenhuma, mas quando são chamados podem tudo. Já as mulheres, quando são chamadas, começam a ser muito cobradas. E, como há de saber, também temos que lidar com o racismo. Uma mulher negra, num país como São Tomé e Príncipe, para conseguir ser erger, precisa provar ter muitas qualidades, porque é censurada mesmo pelas mulheres. Portanto, temos um trabalho árduo pela frente, para criar essa sensibilização. Mas já demos um passo importante, que foi a lei de paridade.

A sua participação ativa na tomadas de decisões representa uma quebra de paradigmas.

Quando nós temos mulheres bem organizadas, bem estruturadas, nós temos um país economicamente mais evoluído. Costuma-se dizer que a pobreza tem a cara feminina. Não sei por que, e não precisa ser assim. A mulher pode estudar como um homem pode estudar. A mulher pode fazer as coisas, uma boa parte delas, como os homens podem fazer. Nós sabemos que há algumas limitações porque somos iguais, sim, mas de gêneros diferentes, então, a constituição fisiológica é diferente, mas

Mário Agra/Câmara dos Deputados



nos lugares de decisões, nas atitudes, tudo que os homens fazem nós podemos fazer. Dizer que a pobreza tem o rosto feminino é limitar os espaços ocupados por mulheres. Enquanto elas forem colocadas na posição de "só servirem" — para cuidar com filhos, cuidar do lar, cuidar do marido, lavar e passar —, a pobreza terá o rosto feminino. Em situações como essas, ela não será capaz de deixar o lar onde está se for preciso, mesmo se sofrer alguma violência. E acontece de, muitas vezes, ela ser maltratada. Portanto, se nós conseguirmos empoderá-las todas, nivelá-las ao ponto de cada uma conseguir, por si só, o seu meio de sustento, a pobreza já não terá o rosto feminino. E isso tudo é feito com a educação. E, quando se pensa em inclusão, as mulheres estão presentes.

E como a senhora entrou na política?

Eu não tinha 16 anos quando meu pai começou a me levar para as reuniões do partido. Eu ficava muito atenta a tudo o que diziam. Falava pouco, mas estava sempre lá. Quando completei 18 anos, comecei a trabalhar nas assembleias de voto, e o meu partido foi me conhecendo. Cheguei a representar o partido a nível da comissão eleitoral, distrital,

e a ter mais visibilidade. Toda a reunião que marcavam, eu estava presente. Vieram as eleições de 2010, e fui eleita secretária permanente da mesa da Assembleia Nacional. Em 2012, meu governo caiu, então, retomamos em 2014 e 2018, e eu voltei a ser secretária permanente da mesa, a trabalhar com o presidente da assembleia nacional. Em 2018, nós ganhamos, mas não tivemos a maioria suficiente para governar, então, formou-se a tróica. Nesse período, fui vice-presidente da quinta comissão, Comissão de Gênero, Mulher e Família. Antes, havia sido presidente da terceira Comissão da Assembleia Parlamentar da CPLP. Nas eleições de 2022, fui eleita presidente da Assembleia Nacional. Estou nessa caminhada, aprendendo muito, fazendo também bastante. Quando não posso fazer sozinha, peço colaboração. Quando não sei, peço apoio. Nós devemos ter a humildade, porque sozinhos não fazemos nada.

Mesmo em meio a essa resistência cultural quanto ao papel da mulher na sociedade, seu pai se preocupou com a sua educação.

E em me levar para a política, o que é menos provável ainda. Foi porque ele me levava (nas reu-

niões) com ele que comecei a ser vista. Hoje, ele está cego, mas no dia do meu empossamento, ele estava lá. Demorou o tempo que demorou, passou a fome que passou, mas ele esteve lá para me dar aquele abraço. Vocês não imaginam a emoção. Choramos os dois juntos. Certamente, estava a cumprir o grande sonho dele, de ver a filha que ele ajudou ser alguém. E também ver que fiz por merecer, aproveitei bem cada momento que me foi oferecido, porque se eu não conseguisse aproveitar se calhar não chegaria até aqui.

Quanto à desigualdade social, o que São Tomé e Príncipe tem feito para reduzir os efeitos dela?

Como eu dizia, o empoderamento tanto de mulheres quanto dos homens passa pelo nivelamento escolar. O Estado deve dar para todos a escolaridade mínima obrigatória. A desigualdade social no nosso país tem sido minimizada com ações de políticas públicas do próprio governo e associações não governamentais.

E quais são as políticas públicas para combater a fome e a pobreza?

Temos vários departamentos do Ministério da Educação que se conectam com a nutrição, mudanças climáticas liga-



A desigualdade de gênero ainda é bastante sentida no nosso país. Mesmo no parlamento, que é uma casa legislativa, só recentemente, na legislatura anterior (no fim de 2022), conseguimos aprovar uma lei de paridade, que não é 50-50, é de 60% (homens) para 40% (mulheres)"

da à nutrição e à alimentação. O governo está engajado na perspectiva de melhorar a quantidade e a qualidade do que os santomenses comem, tanto nível de importação como de exportação. Nós temos também uma instituição especializada em analisar a qualidade dos produtos importados. Portanto, há política pública para este setor.

É a fome um problema sistêmico para o país?

A fome (no país) não existe. Pode haver uma má alimentação. Não só dos pobres, muitas vezes pessoas empoderadas financeiramente alimentam-se mal, não sabem equilibrar o seu prato no dia a dia. Mas, na nossa terra, não temos grandes problemas, porque o terreno é fértil, chove. Nós temos mangas para todo canto, a fruta-pão, várias espécies de banana, produtos hortícolas. A nossa agricultura é, em boa parte, de subsistência, não só para consumo, mas para venda para comprar outros alimentos para o consumo da família. Portanto, quem disser que passa fome em São Tomé estaria a mentir. No entanto, se me perguntar: "Toda a família santomense consegue ter três refeições quentes na sua mesa?", eu respondo que não, ainda não chegamos a esse ponto.



SÉRGIO ABRANCHES

O INQUÉRITO DO GOLPE NÃO ESTARÁ COMPLETO ATÉ QUE TODA A CÚPULA DE RESPONSÁVEIS POR SEU PLANEJAMENTO, CUSTEIO E OPERAÇÃO SEJAM PUNIDOS, INCLUSIVE, AQUELES QUE ESCAPARAM AO INDICIAMENTO NO PRIMEIRO RELATÓRIO

Golpe e castigo no Brasil em transe

O inquérito sobre os atos antidemocráticos, a trama de golpe de Estado e o uso da desinformação como estratégia de desestabilização da democracia chegou aos estágios finais, após dois anos de investigação. A Polícia Federal indiciou formalmente Jair Bolsonaro, toda a cúpula militar da Presidência, o delegado Alexandre Ramagem, da Polícia Federal, ex-chefe da Abin, e o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, por tentativa de golpe de estado, tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito e por organização criminosa. Foram 36 indiciados, entre eles 24 militares, além de Bolsonaro. A única exceção entre os oficiais palacianos foi o ex-secretário-geral da Presidência, general Luiz Eduardo Ramos.

Os golpistas foram reunidos em seis núcleos diferentes: desinformação, jurídico, operacional, inteligência, oficiais de alta patente e responsável

por incitar militares a apoiar o golpe. A Procuradoria-Geral da República deve oferecer denúncia contra todos. Muitos dos oficiais de alta patente eram do grupo de elite do Exército, as Forças Especiais, os "kid pretos".

O grande ausente é o general Ramos, também da cúpula militar palaciana. Não é crível que um general saído do comando do 2º Exército em São Paulo para ocupar a Secretaria de Governo e depois a Secretaria-Geral, tendo como seu "vice" o general "kid preto" Mário Fernandes, principal idealizador do plano "Punhal Verde -Amarelo", não saber, nem ter participado da conspiração pelo golpe. O general Fernandes, em mensagem a ele, que era seu superior imediato, trata do golpe e o chama de "kid preto".

Esse foi um golpe estimulado, idealizado, tramado e planejado por toda a cúpula militar da Presidência da República, no governo Bolsona-

ro. Ele foi o chefe político e comandante supremo desses oficiais superiores em cargos estratégicos. Após o julgamento na Suprema Corte civil, os militares devem ser julgados, também, no Superior Tribunal Militar. Será a primeira vez que oficiais responderão a IPMs por crime político. Espera-se que os golpistas sejam punidos de forma exemplar e, com agravantes por serem de alta patente, estarem em funções de grande responsabilidade, vários deles em posições cujo mandato incluía a obrigação de defender a integridade do Estado Democrático de Direito.

Foi um golpe inacabado e é precisamente porque não se consumou que pôde ser investigado e será julgado. Golpes consumados cancelam o Estado Democrático de Direito e se asseguram a imunidade. Como fizeram os militares de 1964, que forçaram um Congresso sitiado a incluí-los

na anistia a suas vítimas, em troca de uma abertura política negociada. O tipo penal é tentativa de golpe de Estado, isto é, tentar depor o governo legalmente constituído, com emprego de violência ou grave ameaça. O outro tipo penal é tentar abolir o Estado Democrático de Direito, com emprego de violência ou grave ameaça, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais. As penas são leves diante da gravidade dos crimes, no máximo 12 anos de prisão, para cada crime.

Mesmo a pena agravada em um terço por ocupar os mais altos postos de comando não guarda proporção com a seriedade dos crimes e a oportunidade que um golpe desse tipo abre para crimes hediondos, como tortura e execução de adversários. O organograma do Gabinete de Crise previsto para logo após a deposição e morte de Lula, Alckmin e Moraes, que seria comandado pelos generais agora indiciados, Heleno Augusto e Braga Netto, previa uma "Assessoria de

Inteligência" encarregada de ações de "inteligência e contrainteligência, nos níveis federal, estadual e municipal". Quem viveu os anos de chumbo, sabe que se tornaram esses aparatos de "inteligência e contrainteligência" das Forças e do SNI.

Pelo menos se todos os envolvidos no plano de golpe e abolição do estado democrático de direito, mentores, financiadores e operadores, forem condenados pela pena máxima, acrescida de seus agravantes, passarão uma boa temporada encarcerados. Seria o fim da impunidade crônica que caracterizou o tratamento judicial de crimes políticos no Brasil e da leniência com as tramas golpistas, inclusive, aquela que terminou nos 21 anos de ditadura militar e abusos aos direitos humanos em seus porões. O inquérito do golpe não estará completo até que toda a cúpula de responsáveis por seu planejamento, custeio e operação sejam punidos, inclusive, aqueles que escaparam ao indiciamento no primeiro relatório. Esperemos por outros.